

**COSMOLOGIA E KILOMBUS: TERRITÓRIO ANCESTRAL E A  
RETOMADA ORIGINÁRIA**

**COSMOLOGY AND KILOMBUS: ANCESTRAL TERRITORY AND  
THE ORIGINAL RETURN**

**COSMOLOGÍA Y KILOMBOS: TERRITORIO ANCESTRAL Y EL  
RETORNO ORIGINAL**

Makota Kidoiale<sup>1</sup>  
Jair da Costa Junior<sup>2</sup>

**RESUMO:**

Este artigo apresenta uma crítica voltada às bases de sustentação dos modos de vida contemporâneo das sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, sobejamente questionados em razão dos resultados constatados concernentes as incertezas quanto aos recursos naturais, tratados como matéria-prima para a produção de capital; e as relações sociais globalizadas, pautadas nas diferenças como denotativo de hierarquias humanas. A intenção é demonstrar como a cosmovisão de uma cultura constitui-se um arcabouço de referências que orienta os comportamentos individuais, coletivos e políticos. Destacamos elementos e fenômenos oriundos dos modos de vida ocidental como herança da cultura eurocêntrica do colonialismo/imperialismo e, a contrapelo, as epistemologias do povo negro, transmitidas por meio das tradições orais, herança ontológica e cosmológica das sociedades africanas, como práticas contra-colonização do corpo, da natureza, do saber e do espírito. Evidenciado que há uma luta sendo travada no plano da cosmologia como disputa de projeto societário.

**Palavras-Chaves:** cosmologia; kilombus; contra-colonização; retomada.

**ABSTRACT:**

This article presents a critique aimed at the bases of support of contemporary ways of life in western or westernized societies, widely questioned due to the results found concerning the uncertainties regarding natural resources, treated as raw material for the production of capital; and globalized social relations, based on differences as a means of human hierarchies. The intention is to reflect on how the worldview of a culture constitutes a framework of references that guides individual, collective and political behavior. We highlight elements and phenomena from Western ways of life as a legacy of the Eurocentric culture of colonialism/imperialism and, on the contrary, the epistemologies of the black people, transmitted through oral traditions, ontological and cosmological heritage of African societies, as counter-colonization practices. body, nature, knowledge and spirit. Evidenced that there is a fight being fought on the plane of cosmology as a societal project dispute.

---

<sup>1</sup> Principal liderança do Kilombu Urbano e candomblé Manzo Ngunzo Kaiango, coordenadora do Projeto Kizomba e militante no movimento negro e no Coletivo Mães Pela Diversidade. Mestre e professora no Programa de Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG. Luta para transmitir o conhecimento da ancestralidade negra e quebrar barreiras e preconceitos contra a população afrodescendente.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública e Graduado em serviço social, seus estudos transitam pelos temas: Juventude e Sociabilidade; Criminalidade e Violência; Sistema Socioeducativo e Garantia de Direitos; Diferença, Identidade e Reconhecimento; Raça, Gênero e Etnia, racismo, modernidade, afrodiáspora, decolonialidade e perspectivas contra-colonais.

**Keywords:** Cosmology; Kilombus; counter-colonization; Resumed.

**RESUMEN:**

Este artículo presenta una crítica dirigida a las bases de sustentación de los modos de vida contemporáneos de las sociedades occidentales u occidentalizadas, ampliamente cuestionados por los resultados encontrados acerca de las incertidumbres en torno a los recursos naturales, tratados como materia prima para la producción de capital; y las relaciones sociales globalizadas, basadas en las diferencias como medio de las jerarquías humanas. La intención es demostrar cómo la cosmovisión de una cultura constituye un marco de referencias que orienta el comportamiento individual, colectivo y político. Destacamos elementos y fenómenos provenientes de los modos de vida occidentales como herencia de la cultura eurocéntrica del colonialismo/imperialismo y, en contraste, las epistemologías de los negros, transmitidas a través de tradiciones orales, herencia ontológica y cosmológica de las sociedades africanas, como contracolonización. prácticas del cuerpo, la naturaleza, el conocimiento y el espíritu. Evidencia de que se está librando una lucha en términos de cosmología como una disputa por un proyecto de sociedad.

**Palabras clave:** Cosmología. kilombus. Contracolonización. Reanudado.

## **1 INTRODUÇÃO**

Fruto de diálogos críticos entre uma liderança feminina quilombola de terreiro e um homem negro periférico de trajetória acadêmica, eminentemente sustentados em bases da tradição, teóricas e políticas, a partir das quais se vincularam pensamentos críticos sobre o entendimento de supostas causas das mazelas contemporâneas, este artigo carrega em seu teor e formas, um conteúdo estético e político contra-colonial. Por se basearem em saberes orais, apesar da trajetória acadêmica de uma das partes, a escrita não assume compromisso rigoroso com as métricas do campo acadêmico, evidenciando assim questões concernentes às dinâmicas da colonialidade do poder, do saber e do ser, muito embora a posicionamos em relação a um franco diálogo teórico frente à hegemonia acadêmica ocidental. Trata-se, portanto, de uma crítica estrutural, passando por dimensões basilares das sociedades ocidentais, como, por exemplo, a construção da noção de conhecimento embasada por uma cosmovisão, o substrato de onde se apreende e consubstancia o pensamento e os comportamentos individuais e coletivos.

Destas perspectivas, os saberes ou conhecimentos não são definidos por barreiras identitárias ou hierarquias sociais oriundas das construções históricas e políticas instituídas pelo colonialismo/modernidade. Utilizando de exemplos referentes a situações e fenômenos sociais contemporâneos, buscamos demonstrar a conexão entre cosmovisão, como uma matriz de pensamento culturalmente estruturada, e o estado que nos encontramos atualmente

enquanto sociedade e coletividade. Apesar das trajetórias aparentemente distintas, em alguns pontos, situamos nossa escrita na encruzilhada do pertencimento e do reconhecimento recíproco, identificados por uma matriz cosmológica como substrato das confluências entre Nós. Dessa forma, a despeito do lugar na academia, este texto foi construído com base no saber crítico ancestral que *Ori-enta* ambas as trajetórias.

## 2 MODERNIDADE: SOCIEDADE DA EXCLUSÃO LEGAL

Nossa escrita emerge como a continuidade de um legado de resistência contra-colonial e desafio ancestral em permitir e fazer com que nossas vozes ecoem, mas, sobretudo, como parte do posicionamento inserido no pensamento crítico ancestral, de matriz africana e afrobrasileira, sobre o imaginário colonizado que nos rodeia, nos é requerido e imposto. Situa-se nas fissuras do pensamento construído como hegemônico, portanto, considerado “legítimo”, para evidenciar que não há barreiras para o florescimento do conhecimento. Tal como o conhecimento científico e todas as suas divisões em disciplinas, departamentos por especialidade e escolas, nada mais significa que uma representação ou invenção ocidental com a função de alimentar uma política da diferenciação entre as pessoas e as culturas, com a expressa finalidade de criar hierarquias sociais que podem ampliar ou diminuir seus privilégios e *prestígio* social frente à uma sociedade organizada a partir de atributos raciais, de gênero, de sexualidade, de classe, de território, de idade entre outras distinções. Diferenças de essência eminentemente política com a finalidade de polarizar as identidades raciais/sociais entre inferiores e superiores (há também níveis intermediários), produzindo, conseqüentemente, de um lado, exclusões e foco da ação dos mecanismos da *necropolítica*, e de outro, a ampliação de privilégios.

É este mesmo conhecimento produzido dentro de uma lógica de apartação e diferenciação que embasam as leis e políticas destinadas a corrigir mazelas seculares, redundando nas desigualdades contemporâneas. As pessoas que estão no “poder”, quase todas brancas e outras que se acham brancas, insistem em acreditar, e nos - Nós, pessoas negras e outras tratadas como negras - fazer acreditar que estão criando leis e políticas pensando em nosso bem-estar. Paradoxalmente, sem ao menos compreender nosso modo de pensar, nossos modos de vida e costumes ou sequer nossas reais necessidades, tanto objetivas quanto subjetivas. Durante séculos (e ainda não tem sido diferente), todas as leis e políticas públicas foram pensadas como mecanismos para proteger e garantir a riqueza, o patrimônio, os benefícios e os privilégios dos próprios criadores das leis e seus iguais, os membros

reconhecidos como parte de seu grupo. Como nunca fomos (povos afrodescendentes e indígenas) considerados iguais ou sequer seres humanos aos olhos dos membros desse grupo, a exclusão sempre foi (é) a regra que pesou e ainda pesa sobre Nós.

Não por ironia do destino, se ocuparam das estruturas do poder político como caminho para continuidade e manutenção do poder e exercício da violência colonial, agora nomeada de intervenção estatal, garantida e legitimada por uma espécie de plataforma que nomearam de *democracia*. As leis sempre foram pensadas para proteção de alguns, sem levar em consideração as diferenças de outros. O que implica que consideram a possibilidade de uma única forma de existência, de identidade, de cultura, de credo, de configuração corpórea, de sexualidade, de relação com o meio ambiente, enfim, uma forma padronizada de viver, de se relacionar, uma cultura que seja única, portanto, que seja a *deles* tomada como verdade absoluta e padrão universal. Diante disso, todo resto é visto como diferente, leia-se: ruim, mal, feio, incivilizado, sujo, rude, atrasado, perigoso, e assim, demonizado e criminalizado.

As relações foram definidas a partir de uma construção distintiva em oposição aos grupos considerados minoritários, outrora colonizados pela violência física, bélica e simbólica, hoje pela imposição dos mesmos pressupostos, que se tornaram “legais” por serem oficiais e de Estado no mundo moderno, tido como democrático e civilizado. Os senhores coloniais no passado não compreendiam, assim como as pessoas ocupadas do poder estatal atualmente não compreendem, por conveniência ou má fé, que Nós, povos afrodescendentes e também os povos indígenas, (vivíamos) vivemos e fazemos parte de uma tradição cosmológica diferente, na qual se privilegia o coletivo (a comunidade), tomando o outro como parte de um todo. Mas para Nós, no todo se contempla igualmente a distribuição de benefícios materiais e simbólicos, bem como a busca do estabelecimento de uma harmonia que contemple a todas (os).

Dentro dessa *Cosmo-Lógica*, cada pessoa é vista como uma força ativa, igualmente a cada um e qualquer elemento da natureza ou espécie animal. Considerando as pessoas como forças ativas, energias em circulação, cada relação compõe um microcosmo de uma profusão de forças que se influenciam mutuamente. Alicerçado neste princípio, o bem-estar e a elevação da energia vital de uma pessoa pode influenciar muitas outras, simultaneamente se converte em benefícios para uma comunidade, contribuindo para elevação das forças individuais e coletivas. Traduzindo para o plano político, é preciso que o outro tenha condições para elevação de sua força, mesmo que seja sob condições específicas e diferentes, para que possa, igualmente, contribuir para elevação da sua força e de outras pessoas, reciprocamente. A partir

do paradigma da circularidade, onde se gesta o compartilhamento das energias, das forças e das potencialidades, ocorre o estabelecimento do bem-estar geral, ou sua constante busca, e um ambiente de respeito e propício ao florescimento de dinâmicas sociais mais equânimes.

O contrário percebemos na tradição cosmológica de base ocidental à qual estamos expostos desde que nomearam de modernidade, o que na verdade é um projeto que teve a finalidade de enriquecer materialmente algumas nações por meio do espólio organizado de outras; desde que nomearam de *democracia*, o que na verdade é a imposição da vontade e interesse de poucos sobre as (os) muitas (os) racializadas (os). Propalando ideologias que versam sobre diferenças morais, intelectuais, biológicas e culturais, colocando alguns poucos povos como superiores a muitos outros. Tal mito-ideologia da superioridade de alguns povos em relação a outros, instituiu o que foi conceituado como *capital racial*<sup>3</sup>, em razão de sua prática ao logo dos séculos e a exposição de todas (os) os seres humanos aos seus significados e a consequente aceitação e naturalização de seus pressupostos por uma sociedade; que consiste, basicamente, no julgamento social e diferenciação realizados a partir da observância do fenótipo racial da pessoa.

Em benefício de uma cultura da violência e da afirmação da diferença das pessoas pertencentes a esses grupos – afrodescendentes e indígenas - permanecemos subjugadas (os) em todos os aspectos subjetivos que configuram nossa humanidade. Quando os europeus se autoneomaram modernos, definiram as demais territorialidades e suas respectivas populações como atrasadas, primitivas e selvagens. Sob o julgo da violência, seja a bélica (colonial) ou a violência *civilizada* ou *legal* (Estruturas de Estado), o racismo prevalece como estrutura de sustentação da exploração do trabalho, da cultura, da expropriação de terras e da manutenção das desigualdades raciais/sociais.

Não é preciso muito esforço para chegarmos a hipóteses tão patententes. Criaram a Lei Áurea para atender, por um lado, uma necessidade imediata do contexto econômico e político interno e internacional, e não necessariamente visando a extinção da escravidão por compreensão de seu caráter desumano; por outro lado criavam as condições de permanência da relação de pauperização da população afrodescendente e indígena, mantendo-nos, consequentemente, na dependência das mesmas condições que nos encontrávamos no sistema escravocrata. Ignoraram, intencionalmente, as condições e situações mais básicas que teríamos para manutenção da sobrevivência de forma independente e digna. A imensa maioria

---

<sup>3</sup> Costa-Junior (2021)

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980

DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4>

de nossas (os) antepassadas (os) saíram da condição de escravizadas (os) sem nenhum tipo de bem ou propriedade, para serem inseridas (os) na condição de exploradas (os) na sociedade de classes.

Deste modo, ao fim e ao cabo, alterou-se apenas a terminologia ou período histórico. Nossa condição de pauperização foi usada como argumento para exclusão do direito de votar, impedindo, conseqüentemente, as chances de termos representantes na estrutura política. Foi usada também para dar garantias ao mito-ideologia da incapacidade racial inata. No contexto das sociedades liberais, inferindo que as populações pobres, majoritariamente composta por pessoas de descendência negra e indígena, estariam nessa condição em razão da ausência de capacidade cognitiva para alterar sua realidade e obter êxito na sociedade capitalista.

Tiraram do *Deus* cristão a competência de atribuição de “sucesso” a alguns, para colocar no esforço individual, sendo o sucesso medido pela capacidade de acumular bens e riqueza, um resultado do esforço e capacidade individual (meritocracia). Não fomos incluídas (os) nos direitos básicos para que pudéssemos, a partir de *Nós* mesmos, garantir a nossa sobrevivência com o mínimo de dignidade. Em todas as legislações, incluindo as constituições federais (anteriores a 1988), código civil, direito trabalhista, excluía as (os) afrodescendentes e indígenas, por meio da afirmação de condições que não possuíamos.

Nessa direção, outras leis nos colocaram como subversivos, criminosos e, portanto, susceptíveis à toda e qualquer ação e intervenção do Estado. Incluídas (os), dessa maneira, nas legislações criminais, como se fossem criadas exclusivamente para o controle de nossos corpos, de nossa mobilidade, de nossa sexualidade, de nossa estética, de nossa religiosidade entre outros aspectos de nossas condições para o exercício da liberdade na nova sociedade de classes. Nos tiraram, inclusive, o acesso e o direito à terra, uma vez era o elemento que poderia proporcionar participar das relações de mercado e, conseqüentemente, obter ganhos materiais, mas, sobretudo, a manutenção de nossos sentidos existenciais com a terra, o território habitado e cuidado, a nosso espaço sagrado e fonte da vida.

### **3 TERRA, ANCESTRALIDADE E COSMOLOGIA<sup>4</sup>**

O sentido e a importância que a Terra tem para *Nós*, povos afrodescendentes e povos indígenas, foi ignorado e pervertido pelos colonizadores em nome da manutenção das relações

---

<sup>4</sup> Apesar de usarmos os termos cosmologia ou cosmovisão, nos referenciamos em *Cosmopercepção* ou *Cosmosentidos*, por expressar um conjunto de atributos por meios dos quais o mundo pode ser percebido, apreendido, imaginado, interpretado e vivido, abarcando a pluridiversidade de possibilidades de leitura do mundo pelos *sentidos* que não somente a visão.

materiais desiguais e da permanência e ampliação do poder de dominação. Poucos se apropriaram da maior parte de nossas terras, rios e demais recursos naturais. Apropriaram-se devastando tudo sob o discurso de transformação da natureza para satisfação das necessidades, criando, de fato, necessidades que de outras formas não seriam necessárias; necessidade de recuperar rios, vidas de animais, espécies ameaçadas de extinção, florestas, em suma, biomas que foram submetidos a processos contínuos de esgarçamento de nossos recursos mais vitais, vidas humanas e não-humanas.

Atualmente assistimos a uma escalada dos crimes mais hediondos contra a Humanidade. São crimes horrendos contra a natureza, os quais contam com o consentimento ou participação direta dos Estados. Somente em Minas Gerais, barragens de mineradoras que rendem bilhões por ano a empresas multinacionais se romperam causando danos imensuráveis e irreversíveis à natureza e a milhares de pessoas. Sem mencionar os danos causados ao longo de décadas de operacionalização na extração dos recursos naturais. Tal qual é a atuação das mineradoras em outros estados brasileiros. Por consequência da inextrincável conexão entre Seres vivos, afetando a natureza afeta-se, diretamente aos seres humanos e aos não-humanos como parte de um sistema organicamente interconectado.

Esses crimes atingiram muitas famílias, causando um número altíssimo de mortes de pessoas e jogando um número muito maior na lama, literalmente. Isso sem mensurarmos o número de suicídios e outras causas de mortes diretamente vinculadas ao crime de rompimento das barragens. Em Brumadinho, cidade do Estado de Minas Gerais, por exemplo, a tal tragédia atingiu pelo menos quatro comunidades quilombolas, vitimou mais de 270 pessoas, deixando um lastro de mortes que se arrasta aos dias atuais. Ainda, temos que lidar com empresas multinacionais saqueando bilhões de reais (ou euro) em ouro de território indígena Kayapó, no Estado do Pará. Outra comunidade indígena foi literalmente avassalada, nos últimos anos. Em Roraima, a comunidade de Aracaçá, esteve literalmente sob o domínio de garimpeiros. O que nos mostram as notícias, é que os abusos foram extremos: assassinatos, estupros de crianças, adolescentes e mulheres, e desaparecimento de uma aldeia inteira. Notadamente, a máxima do genocídio colonial segue patente na contemporaneidade. Em várias localidades do Brasil ocorrem ataques às comunidades indígenas. Estes ataques, que sacrificam vidas indígenas como se fosse nada, desvelam os interesses de grandes oligarquias em suas terras e as cifras que podem adquirir com sua exploração.

O mais alarmante é *ouvir o silêncio* das autoridades de Estado que parece consentir com tais crimes. O desmatamento da Amazônia atingiu níveis alarmantes nos últimos anos e

os ataques aos povos indígenas recrudescem de maneira exponencial e também aos povos afrodescendentes, em seus vários territórios, reconhecidos como quilombolas ou não. Recentemente, dois assassinatos<sup>5</sup> voltam os olhares para as milícias atuantes na região da Amazônia. Os ativistas, Bruno Pereira, ex-funcionário da FUNAI, reconhecido pelo comprometimento ético e relação estabelecida com as comunidades indígenas, e Dom Phillips, jornalista britânico, foram sumária e brutalmente assassinados. Fatos que nos evidenciam o caráter desumano e exterminador desse sistema. Em suma, uma política *cosmofóbica* que tem como princípio a desumanização da diferença e ataques a todo modo de vida que se oponha à cultura e cosmologia ocidental. Ainda temos os pacotes de agrotóxicos liberados e aprovados por “nossos representantes” políticos nas supostas casas da *democracia*. Sabemos que essas políticas são de caráter extremamente racialistas, uma vez que atingem diretamente, ou são direcionadas aos povos afrodescendentes e indígenas, e por isso carregam em sua gênese a essência do genocídio colonial.

As condições que favorecem tais eventos não seriam concebidas como possíveis se houvesse atenção dos governos e outras instituições comprometidas com a vida de todas (os) igualmente, bem como o devido reconhecimento das identidades negras e indígenas e sua relevância para a constituição do país. Entretanto, é provável que estejam participando diretamente dos meios que possibilitaram a efetivação das transações que permitiram tanto a extração ilegal do ouro em territórios indígenas quanto sua exportação por uma empresa específica em outro país, tal qual são responsáveis pelos crimes cometidos pelas mineradoras e pelo agronegócio na usurpação e envenenamento de terras, ar e águas. Igualmente, são responsáveis, os Estados e seus governantes, pelos atentados cometidos contra os corpos e as vidas indígenas e suas (seus) aliadas (os).

Devemos destacar também, a origem de doenças que vêm atingindo a população num crescimento vertiginoso ano após ano, e se tornando “normal” e “natural” por sua recorrência, sem que suas causas reais possam ser debatidas abertamente. Essa relação é pautada numa cosmologia que separa humanos e não-humanos, razão e corpo, pretos e brancos, indígenas e brancos, rural e urbano, cidade e roça, homem e mulher, criança e idoso, governantes e governados e etc.. Definindo uma noção de normalidade a partir de um padrão estético, comportamental, cultural, sexual, rítmico dentre outras dimensões da vida, como meio para maximização de uma cultura da depredação e alcance de uma homogeneidade impositiva.

---

<sup>5</sup> Borges (2022).

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980

DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4>



A atuação dos governos favorece tanto o agronegócio, a mineração, o garimpo criminoso e o mercado internacional, na invasão de territórios e terras (que deveriam estar) protegidas, como também as multinacionais na exploração de toda variedade de riquezas naturais, desde a produção de cosméticos, produtos eletrônicos e de alta tecnologia, aos metais preciosos e a exploração da mão-de-obra. É de grande importância perceber que são esses mesmos países que nos classificaram como atrasados ou subdesenvolvidos, na afirmação de uma narrativa de desumanização e justificativa para legitimar, junto a nossa própria população e nossos governantes, a nossa própria miséria e exploração, que ainda nos dias atuais nos exploram de maneiras variadas e similares às explorações coloniais.

O mais assombroso é compreender como essa relação iniciada no século XVI se estende e chega no século XXI com seus traços mais elementares preservados, ou talvez intactos. Após os horrores da colonização em todo mundo, o mesmo núcleo de nações colonizadoras segue ampliando seu patrimônio material, simultaneamente ao imaterial sob nossa exploração, com a política colonial funcionando agora por meio das mentes colonizadas e dissimulando-as em transações de mercado e políticas internacionais ou transnacionais.

A diáspora africana forçada não só distribuiu os povos africanos aos quatro cantos do mundo, mas com eles, uma cosmologia que tende a conflitar, equilibrar e ressignificar o valor da vida e a relação com a natureza. Concepções tão essenciais à vida humana são colocadas em dúvida sobre suas condições de estabilidade em função das intervenções da cultura ocidental. O que podemos observar também, é que há um desequilíbrio ambiental ou desestabilização gradual em andamento, que é possível observar através das severas mudanças climáticas que vem ocorrendo em todo mundo.

Nessa perspectiva vale ressaltar que nossa relação com a terra é originária de uma tradição cosmológica de mundo radicalmente oposta à ocidental, e tem suas raízes solidificadas nas sociedades africanas. A terra ou o território não é uma propriedade privada, muito menos nossa, é o contrário. É como se o território nos escolhesse para cuidar da gente, de nosso povo, organizando os ciclos da vida em convergência ao que ele nos concede e as condições de manutenção e bem-estar recíproco (território/povo), numa confluência orgânica. É também inegável, que há uma confluência cosmológica convergente às tradições dos povos indígenas.

Nosso companheiro quilombola, Nego Bispo, sabiamente descreveu que há “entre nós a compreensão de que a terra é viva e, uma vez que ela pode produzir, ela também precisa descansar. Não começamos a titular nossas terras porque quisemos, mas porque foi uma

imposição do Estado. Se pudéssemos, nossas terras ficariam como estão, em função da vida” (SANTOS, 2018). O pensador quilombola destaca dois pontos importantes nessa relação. Primeiramente, a noção da terra dotada de vida e, conseqüentemente, a possibilidade de ser considerada como um *sujeito* de direitos nessa sociedade de papéis e leis; a segunda, aponta para a intervenção direta e específica do Estado na composição das formas de destituição e desproteção das terras dos povos afrodescendentes e indígenas, quando poderia e deveria ter atuado no sentido contrário. Quando Nego Bispo demarcou que *Somos da Terra*, o fez buscando demonstrar como as diferenças cosmológicas organizam as formas de estar no mundo, lidar com o outro, com as diferenças e, sobretudo, da relação com a natureza. Nessa mesma direção, a palavra, os conhecimentos e os saberes da oralidade foram subjugados na relação com a cultura do colonizador.

Nomearam de “lei”, algo que deveria ter o mesmo valor para todas as pessoas de uma nação, mas, é fruto do pensamento de algumas poucas pessoas, e passou a cumprir a função de instrumento de espoliação, controle de pessoas e grupos considerados diferentes. Com isso, a escrita, antes de ser um sinal de evolução ou símbolo de conhecimento, foi introduzida como instrumento de dominação e usurpação. Segundo Santos (2018),

O poder quilombola sobre as terras é um poder baseado na palavra, na atitude, na relação – e não na escrita. Quando o Estado veio para demarcar as terras, meu avô se recusou, dizendo: “Como vamos demarcar uma coisa que já é nossa?”. Assim, os brancos chegaram, compraram as terras e nós perdemos o direito sobre elas. Mesmo os mais velhos que, naquela época, haviam demarcado as suas terras, ao morrerem as perderam porque os seus herdeiros não fizeram inventários.

Como evidencia Carlos (2017, p. 34) “o saber que chegou aqui a bico de pena e ponta de espada”, expressando nitidamente a função e imposição com que a escrita foi colocada como padrão de conhecimento e vinculada como produto “genuíno” de uma tradição cultural específica, a europeia. Carlos contrapõe a pedagogia da violência dos europeus às formas de produção (*afroepistemologias*) e transmissão de conhecimentos praticados nessas terras por seus ascendentes em diáspora, ensinada aos seus descendentes e assim transmitida de geração em geração: “foi em noites de vigília de velório ou festejadas, ouvindo o que diziam em muitas histórias contadas, de meus pais e meus avôs também de alguns camaradas, o que ouviram de seus avôs em épocas passadas” (CARLOS, 2017, p. 34).

A oralidade é um dentre outros métodos e ferramentas de transmissão de conhecimentos que povos originários dos territórios invadidos e povos africanos escravizados se utilizavam e usam atualmente. Através dela, registrava-se, e ainda se registra, em seus

descendentes, todo um código de valores, conhecimentos e formas de produção de conhecimentos práticos, incluindo os meios de saneamento das necessidades vitais e das relações interpessoais, em especial, da relação com a terra, fonte de vida material e espiritual. A cosmovisão ou a cosmologia é o que organiza o pensamento cultural dos diferentes povos. É o que também ordena os modos de vida e nutre nossa percepção sobre o mundo. Cosmologia pode ser entendida como uma espécie de essência cultural ou uma matriz de concentração de todas as nuances que configuram e dão sentido a uma visão de mundo, bem como dota de sentido as ações cotidianas, as produções coletivas e políticas das pessoas que comungam dessa mesma visão, ou são herdeiras de uma cosmovisão.

O ser humano definitivamente não pode ser considerado superior às formas de vidas consideradas não-humanas por uma suposta capacidade de racionar ou verbalizar suas vontades; especialmente quando tomamos como referência as pessoas “socializadas” sobre os princípios ou a cosmologia de sociedades ocidentais ou ocidentalizadas. Há mais inteligência, sensibilidade e conhecimento no mundo que não se comunica a partir de suas línguas humanas, que não tem suas formas humanas e seus cérebros, do que são capazes de imaginar. O ser humano se mostra, cada dia mais, um ser inferior exatamente por se autoproclamar dotado da capacidade de racionar, supondo que essa capacidade, em tese, deveria ser utilizada para buscar o melhor para si e para as (os) outras (os), quando o que assistimos são atitudes e comportamentos que demonstram o extremo oposto a esta concepção de vida. Pois, no exercício de sua capacidade de racionar e, por meio das conexões que seu pensamento estabelece, estão conduzindo o mundo a um estágio terminal da vida orgânica (se é que este termo ainda faz algum sentido); simultaneamente das relações sociais com as diferenças. O que significa que pensam o remédio a partir dos mesmos princípios que conduziram à doença, atenuando os sintomas e intensificando as causas. Um universo totalmente adoecido que produziu e segue produzindo pessoas adoecidas tornando-as seres autodestrutivos pela ganancia, pelo sentido de propriedade, pelas relações que estabelecem com a diferença, pela relação e a visão que se tem da natureza e dos seres naturais,

Nos territórios onde se comunga de uma cosmológica (*cosmopercepção*) de fundamentos africanos e (ou) indígenas, compreendemos que um momento demarcatório dos rumos a serem seguidos chegaria mais cedo ou mais tarde. Um estágio limítrofe onde os questionamentos implicam não mais o bem comum, a *democracia*, como discursos que demarcam as fronteiras entre humanos e não humanos, mas, sobretudo, das condições de manutenção da própria vida humana. E que as reais intenções e resultados das ações do

homem moderno seriam reveladas, colocadas sobre a *peneira*<sup>6</sup> lançando luzes sobre seus verdadeiros sentidos. Sobretudo, a noção de *des-envolvimento* revelar-se-ia a face oculta de sua estrutura etimológica, prenunciando a separação orgânica entre seres humanos e natureza, na definição do que é humano e não humano. Para exterminarmos parte de nós é necessário nos *des-envolver*, quebrar os laços e estabelecer que a inferioridade de alguns supõe a superioridade de outros, e o conseqüente direito de definição de sua vida ou morte.

A cosmologia ocidental não compreende que a Cura vem do território, da terra, da natureza e a riqueza da vida e dos conhecimentos nascem do encontro com as diferenças. Os *Eguns*<sup>7</sup>, são a própria ancestralidade ocidental, arraigadamente apegados à dimensão material da vida produzindo energias negativas. O racismo é um sintoma de uma sociedade regida por uma cosmologia da destruição, uma vez que o que subjaz raças diferentes são os modos de vida e de pensamento diferentes. Por isso a importância de nos atermos e falarmos de cosmovisão, de onde origina o sentido existencial da trajetória de um povo, de uma essência do sentido da vida prática e em comunidade, que se reconhece e se estabelece nas práticas sociais, institucionais, na concepção de política e nas relações com o mundo.

Nego Bispo, mais uma vez, assertivamente, discorre que “a maioria das terras das comunidades tradicionais eram consideradas espólio, pois ninguém fez escritura” (Santos, 2018). E assim eram as relações com a terra, baseadas na palavra e na certeza que aquele pedaço de terra pertencia a sua comunidade. Apercebendo-se dessas relações, foi que os dispositivos do Estado agiram criminosamente na expropriação de nossas terras por meio de instrumentos de espoliação que chamaram de leis. Os instrumentos de reconhecimento de nossas terras, e as titulações por meio de procedimentos políticos e leis, vieram a acontecer de forma muito lenta, quando se pensa na quantidade de quilombos, aldeias ou comunidade indígenas, favelas terreiros e ocupações. Apesar de avaliarem como avanços nessa área, ainda é insuficiente para proteger nossos territórios e, conseqüentemente, não protegem nossas populações tampouco a natureza, considerando sua imensurável importância para manutenção da vida na terra.

#### 4 COSMOFOBIA E A ILUSÃO DA DIFERENÇA

É impressionante como as pessoas apresentam um pensamento e comportamento colonizado sobre o que entendem quando se referem a Nós, Povos Tradicionais. Agem

---

<sup>6</sup> Analogia ao jogo de búzios onde se desvela o plano fundo das relações e seus possíveis caminhos.

<sup>7</sup> No candomblé o termo se remete a entidades obsessoras.

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980

DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4>

reafirmando um discurso colonial, reforçando a crença de que *Nós*, descendentes de povos africanos e povos indígenas, não temos alma, somos ignorantes e sem conhecimentos. Em consonância ao pensamento colonial que se utilizou dessa narrativa para justificar toda opressão e exploração a que submeteram os povos africanos escravizados, sustentando tal discurso numa suposta mitologia cristã. Como parte dessa estratégia de subjugação, foi necessário também a destruição de nossos vínculos familiares e ancestrais, impondo um *Deus* único como reflexo da imagem estética de seu povo; separando as pessoas conforme seus laços consanguíneos e comunitários, atribuindo-nos nomes diferentes de nossas tradições culturais, nomes de santos cristãos, de terras, ou do próprio escravocrata, arrastando a desgraça da escravidão para a história subjetiva e familiar de nossos povos. Tornando-a quase uma parte de *Nós* mesmos ao não reconhecermos nossas origens através dessas nomeações arbitrárias, e dificultando imensamente a recuperação de nossos vínculos originários.

Até os dias atuais percebemos como essa perversidade se mantém e se alastra na relação entre pessoas negras e brancas, e indígenas e brancas, nos mostrando que muitas dessas pessoas ainda não refletiram sobre seu modo de pensar e seu agir. Ainda se encontram, simbólica, subjetiva e espiritualmente soterradas na era colonial. Não questionam onde se assentam seus princípios, o que molda sua percepção e o porquê de seus modos de vida serem assim e não de outra forma, sustentados em uma cosmovisão *autodepredativa*.

Na relação entre a negritude e a branquitude, se torna nítido como estas pessoas ainda insistem em falar por *Nós*, pensar por *Nós* e agir afirmando em *Nós* uma incapacidade em coordenar, organizar e até mesmo administrar nossas vidas, nossos territórios, nossos negócios, nossos terreiros e até mesmo nossas próprias casas e corpos. A impressão que passam é que nunca ouviram nada referente à escravidão como imposição, como um dos maiores crimes que a humanidade e o racismo já perpetraram, e agem como se *Nós*, pessoas negras e povos indígenas devêssemos a eles a liberdade que temos hoje, ainda que limitada pela permanência do pensamento colonial.

Limitada por se sustentar em visões de mundo que separa a vida em categorias de humanos e não-humanos. E entre os humanos, também há diferenças que são mobilizadas e inferem um *valor* hierárquico entre os humanos; estabelecendo espécies de subcategorias de humanos, aos quais não cabem os direitos<sup>8</sup> mais elementares. Nesse sentido é uma liberdade

---

<sup>8</sup> A própria existência de uma categoria de “direitos humanos” denuncia a institucionalização dessas diferenças, uma vez que existe para tentar assegurar às pessoas tratadas às margens da humanidade os direitos que a todos os humanos, sem exceção, deveriam ter assegurados plenamente.

limitada e ordenada pelas opressões simbólicas, que recebem reforço na ausência de políticas que as combatam de forma efetiva. Os não-humanos, por sua vez são excluídos da humanidade, ou seja, de sua condição precípua de participação na existência do mundo. Assim, tratada como não humana, também a natureza, e tudo que concebemos como parte da natureza, está disponível ao livre acesso para transformação em necessidades, ou como querem acreditar, para satisfação de necessidades. Quando na verdade se converte na produção de mais valor para poucas pessoas que detêm os meios de produção e ditam as regras aos governos, nas mais variadas partes do mundo.

Vale ressaltar, que a escravidão e o colonialismo, foram partes de um crime cometido em nome de um *Deus* cristão, mas em prol da exploração de alguns povos (indígenas e africanos), para o acúmulo de riquezas para outros (europeus, a princípio), o que entendemos como roubo, sequestro, expropriação, apropriação, genocídio, encarceramento em massa entre outros crimes. Um crime cruel cometido por seus ascendentes e, em razão desse crime e do sistema que se criou com ele, gozam de um privilégio social. Dito de outro modo, o fruto da usurpação e desumanização de outros povos é a maior herança que as pessoas brancas possuem atualmente, especialmente das nações europeias ou do norte das Américas. Mas também das pessoas brancas, seus descendentes em outras localidades que igualmente se beneficiaram e ainda se beneficiam dos dividendos do colonialismo e do racismo. A perplexidade maior está no fato de ainda alimentarem o pensamento que lhes devemos gratidão, como se *Nós*, após a abolição, vivêssemos sob suas obras e com suas sobras.

Não devemos nomear ou tratar como ingenuidade o que é perversidade. Pois, por se julgarem superiores, deveriam exercitar a capacidade de refletir, de se responsabilizarem e buscar ressignificar sua relação com o mundo, se destituindo da arrogância como postura, especialmente diante *Nós*, pessoas negras e indígenas, os símbolos de nossa cultura, nossa religiosidade e nossos modos de vida. Nossos antepassados sobreviveram e *Nós* sobrevivemos graças à nossa capacidade de ressignificar um modo de viver diante dos horrores e das limitações das violências coloniais e do Estado, como ainda fazemos nos dias atuais. Graças a nossa capacidade de nos organizarmos, e até mesmo de manter nossas crenças e modos de rezar, inseridas (os) em um regime de intensa perseguição racial preservamos em nossos modos de vida, transmitidos na prática e através da oralidade, uma cosmovisão originária de nossa *Terra* materna, nossa casa ancestral (África).

E se hoje conseguimos chegar até aqui como população majoritária<sup>9</sup> não foi por gratidão de nenhum colonizador ou do Estado que o sucedeu. Por estes estaríamos quase que completamente extintos<sup>10</sup> desde 2012 ou antes, como espécies animais ou Seres sem alma, passíveis de extinção, como nos julgavam, seja pelo extermínio de nossos corpos seja pelo *cruzamento de raças*, método pelo qual acreditavam ser possível eliminar nos genótipo e fenótipo. Por esses e outros marcadores, que cosmofobia e colonialismo são princípios basilares das sociedades modernas ocidentais ou ocidentalizadas.

Portanto, a manutenção de nossa cultura, os símbolos de nossa existência e presença no mundo, bem como nossa sobrevivência como corpo físico e identidade racial, a tantas etapas sucessivas de tentativas de dizimação, além de demarcar um terreno de resistência contra-colonial, informa que não somente temos uma alma, mas, sobretudo, toda uma ancestralidade que recobre nossa humanidade, e que ainda assim dispomos de cuidados a esses outros (brancas/os), por entendermos que carecem de um sentido de alma, de respeito ao próximo, uma vez que o outro é você próprio; carecem de inteligência emocional e relacional que a cosmovisão ocidental não proporciona como concepção de vida em sociedade, mas apenas como discurso vazio.

Parece que a ilusão da superioridade torna as pessoas brancas (talvez nem todas) muito pequenas em seu modo de pensar, ver e viver, o que de fato nos atrapalha a caminhar para uma relação humanitária a partir da qual, reciprocamente nos enxerguemos e nos interpretemos como iguais: uma confluência; reciprocidade de reconhecimento humano e das diferenças. Compartilhando, mutuamente de uma humanidade plena, na qual a regra da diferença (diferente da regra do racismo) sirva apenas para os aprendizados daquilo que ainda não nos foi apresentado, de forma recíproca e ausência de hierarquias.

Como diz uma de nossas grandes referências no enfrentamento ao racismo, Assata Shakur, “podem prender nossos corpos, mas jamais vão conseguir aprisionar nossas mentes”. Trata-se da *transfluência* (SANTOS, 2015), que estabelece o elo entre as diásporas separadas pelo atlântico. Mentes são solos férteis de possibilidades infindáveis. Mas também nossos corpos, pois são a expressão concreta e intransferível, irrecusável, é tanto signo de nossa

---

9 No Brasil, 54% da população é considerada negra (preta + parda). Avalia-se que este percentual seja maior, pois existe um componente de constrangimento simbólico que impele a falsa autodeclaração, esquivando-se das categorias que compõem a negra.

<sup>10</sup> Sustentando em dados levantados por Roquete Pinto, João Baptista Lacerda afirmava: “em 2012, a ‘raça branca’ representaria 80% da população brasileira, os indígenas, 17% e os mestiços, 3%, sendo que a ‘raça negra’ tendia a desaparecer de vez do território nacional” (SOUZA e SANTOS, 2012, p. 756).

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980

DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4>

identidade e afirmação ancestral, quanto o que nos conecta ao sentido da cosmovisão africana, *Ubuntu*. Pois, quando falamos em *ubuntu*, não estamos tratando de um slogan ou algo parecido, como muitas vezes surge em falas ou nas redes sociais. O rapper Djonga, disse assim: “olhe pras sua nega véia e entenda que num é em blog de *hippie boy* que se aprende sobre ancestralidade”. Ele remontou uma das principais bases de nossos conhecimentos, a partir da qual se entende as (os) mais velhas (os) como suas (seus) principais portadoras (es) e transmissoras (es), por isso também as (os) reverenciamos.

E a compreensão de *ubuntu*, não é algo a ser teorizado, é ensinado e aprendido na vivência cotidiana, uma episteme prática. Quando falamos em oralidade, não estamos tentando criar uma imagem de uma pessoa mais velha discursando sem parar a outras debaixo de uma árvore gigante. Referimo-nos, a uma vivência prática na relação com o mundo e com o outro, que é observada e praticada junto, se aprende com o outro que é sua referência de mundo. Mas também há os momentos discursivos, da contação das histórias vividas e aprendidas das pessoas mais antigas; aquelas que já se tornaram nossas ancestrais. Há todo um sentido de vida, bem como dos modos e costumes de vida, dos conhecimentos e saberes, que são transmitidos por meio da vivência cotidiana.

Portanto, oralidade é um modo complexo, dinâmico e difuso de transmissão de conhecimentos e saberes sustentando em uma *cosmopercepção* de comunhão fraternal, comunitária e orgânica. *Ubuntu* é uma manifestação prática de princípios elementares de reconhecimento e partilha, de um assentimento e cuidados recíprocos que se realiza mútua e coletivamente remontando o campo de uma solidariedade irmanada e comunitária.

*Ubuntu*, nesta concepção, é o próprio sentido do ser em comunhão com o universo, ou seja, de uma visão de mundo onde tudo se encontra plenamente conectado de modo interdependente e intrainfluente. *Ubuntu* é uma espécie de substrato cosmológico ou *cosmoperceptivo* que rege a existência dos povos africanos e seus descendentes em diáspora. Segundo Ramose (1999, p. 1), “A existência do africano no universo é inseparavelmente ancorada sobre *ubuntu* [que] é a base da filosofia africana”. E o que é a filosofia senão um sistema que ordena uma visão de mundo, um sistema de crenças e valores que são expressos em nossas práticas, relações sociais, instituições políticas e tudo que participa da vida de uma sociedade(?). Ela também orienta os conhecimentos produzidos por um determinado povo, uma determinada cultura. Refere-se, portanto, também à cosmovisão de um povo, que se expressa através da produção, acúmulo e transmissão de conhecimentos, saberes, práticas e relações sociais como expressão de sua presença no mundo.



Nos mostra Ramose (1999, p. 2), “*ubu-ntu* é uma categoria ontológica e epistemológica no pensamento africano, dos povos de língua banta”, portanto, inextrincáveis na atribuição de sentido desses dois aspectos da existência. Eminentemente fundamentada numa perspectiva comunitária, ou coletiva, a filosofia *ubuntu* reconecta o Ser ao seu pertencimento macro, à comunidade, uma vez que a individualidade é entendida como liberdade e autonomia, ao contrário da busca de um propósito de forma solitária. O propósito individual, neste caso, está conectado à harmonia da comunidade.

Grosso modo, *ubu* expressa o Ser-sendo, e *ntu* o Ser concreto, a dimensão corporal e material do Ser. Enquanto *ubu* implica a ideia de movimento e das possibilidades do Ser, em *ntu* encontra-se a ideia de temporalidade da existência. Por mais que possamos encontrar posicionamentos que coloquem cosmologia, filosofia e epistemologias como elementos opostos ou separados, eles remetem ou obedecem aos mesmos princípios quando pensamos em modos de vida e os princípios da percepção que temos sobre o mundo, que consequentemente orientam as práticas e relações sociais. Nesse sentido, *ubuntu*, no que concerne a premissa do movimento, indica sempre as possibilidades do Ser, um eterno e contínuo Ser em mutação, em que as práticas são elementos mais relevantes como expressão da constituição do Ser. O Ser não é visto como uma essência imutável, mas como expressão de suas ações.

O princípio da humanidade em *ubuntu* não se revela na diferenciação do outro, ao contrário da lógica *ocidentalocêntrica*: “ser um humano é afirmar sua humanidade por reconhecimento da humanidade de outros e, sobre estas bases, estabelecer relações humanas com os outros” (RAMOSE, 1999, p. 3). O que também está associado ao significado de *Deus* e das forças da natureza, que geralmente são cultuadas no candomblé ou umbanda, através dos *Nkisi*'s. No kilombu, por exemplo, no terreiro, nos entendemos como uma grande família onde os laços consanguíneos não exercem nenhuma predominância além dessa informação. Lá se vive como uma comunidade, na qual o centro das relações desencadeia de nossa Matriarca. No princípio do movimento também se encontra a circularidade e a distribuição ou compartilhamento da energia vital, que está em plena e inseparável conexão com a natureza, os seres vivos e não vivos.

Ainda contrastando com as cosmologias ocidentais, nas cosmologias de matriz africana, bantu ou outra, o Ser busca alcançar um estatuto ou ápice, por meio do entendimento da relação entre movimento e a circulação da energia. Assim, “um ser de movimento ininterrupto através das quatro etapas de uma energia vertical e uma energia horizontal”

(SANTOS, 2019, p. 33). Nesse plano, a força horizontal é fundamental para o estabelecimento e bom andamento das relações sociais. O que nos indica o estabelecimento da igualdade como pressuposto do movimento e das relações. É ela a força horizontal, o fio que amarra as relações em comunidade. Quando as relações estão enfraquecidas, a liderança, no caso do kilombu ou do terreiro, a Matriarca, convoca uma reunião (sessão/toque/xirê) para o reestabelecimento do equilíbrio. Esta dinâmica pode acontecer por meio de rituais, nos quais se mobiliza as forças das pessoas presentes e as forças da natureza. A força vertical, por outro lado, pode ser danosa para a comunidade, e não é considerada necessária para o estabelecimento dos vínculos na comunidade.

Nesse sentido, é importante destacarmos os *Nkisi's*, como os elementos mais importantes no interior das cosmologias de matriz africana, especialmente para os povos de origem banta. Eles são os próprios elementos (energia) e não possuem uma característica ou corpo, é o elemento natureza com poder de cuidar, de tratar e de curar. Os *Nkisi's* se alimentam de seivas (vegetais e minerais) e estão por toda parte em comunicação e conexão com os seres humanos, são forças ativas. “*Nkisi* é a essência que está aí para toda a humanidade, não só para nós: está aí na natureza [...] então *Nkisi* é aquele que toma conta de você, que cuida, que lhe dá a vida” (VALDINA, 1999, p. 231).

Enquanto conversamos e pensamos este texto, por exemplo, os *Nkisi's* estão presentes e fluindo energias em conexão conosco. Contudo, para que eles se manifestem de forma perceptível, são necessários alguns rituais que se tornam possíveis no terreiro de candomblé, por exemplo, tendo a zeladora como a mediadora. Nestes rituais, o que está se movimentando essencialmente são processos de Cura. Cura para os vários males que uma sociedade da exclusão possa nos expor e nos afetar. Para as cosmologias africanas, a Cura, o entendimento dos propósitos da vida não é encontrado em produtos ou, no limite, em um *Deus* que se teme e se admira ao mesmo tempo. *Deus, Nzambi*, “não é uma pessoa que você vai encontrar ao morrer. *Deus* está aqui no outro que está convivendo com você [...] *Deus* está entre nós. É no outro aí que está” (VALDINA, 1999, p. 231-232).

A *cosmo-lógica* da circularidade, que encontra no centro seus processos de Cura, tem significados relevantes nas culturas de matriz africana. Não implica somente o descentramento das relações de poder, é muito mais complexo que o entendimento *ocidentalocêntrico*. Indica um retorno ou um reencontro com o centro, o núcleo vital de todo Ser ou de uma coletividade. Na capoeira as pessoas se dispõem e posicionam-se em formato circular, em roda. A circularidade é o princípio básico de manipulação ou compartilhamento das energias, da força

vital. A partir do posicionamento dos instrumentos, atabaque, pandeiro, reco-reco e agogô, temos, mais centralizado à roda os três berimbaus (gunga, médio e viola). Geralmente, é o gunga que está nas mãos da (o) *Mestra* (re) vai dar o tom, o ritmo e a condução da roda, bem como dos jogos que acontecerão.

Neste sentido, as (os) capoeiristas (os) adentram a roda pelas bordas, cada pessoa de um lado, onde estão posicionados os instrumentos. Elas se encontram aos pés do gunga, onde cada uma (um) faz suas preces. Ao comando do gunga, indicado por um toque peculiar conhecido como *chamada* ou um movimento de reverência, onde ele é baixado diante das (os) duas (ois) capoeiristas, elas (es) deslocam para o centro da roda, onde vão *vadiar*, destilar *mandingas* em conexão uma (um) com a(o) outra (o) fazendo a energia circular. Enquanto observam, todas (os) demais envoltas (os) na roda acompanham com palmas e no coro das cantigas. Tudo isso é energia circulando, que é transmitida para as (os) capoeiristas (os) no centro na roda retroalimentando um constante movimento de trocas de energias, fazendo circular de fato o Axé, a Cura.

A capoeira, portanto, não se trata de um jogo, como entende a concepção ocidental. Não implica em disputas. Não tem ganhadoras (res) ou perdedoras (res). Quem leva uma rasteira e cai, quem leva uma cabeçada, não perdeu. Trata-se, em suma, de conexão, de encontro, de trocas e de apontar caminhos possíveis. E nesse sentido, o Axé subjaz os encontros. Os movimentos das (os) capoeiristas (os), percebam, se dão em conexão, quase como uma coreografia. Em momentos em que uma (um) desfere uma rasteira, cabeçada ou outro movimento que obsta a outra pessoa, significa lhe dizer que se desconectou e não percebeu os perigos daquele caminho. Há outros, reestabeleça nossa conexão.

No candomblé encontramos o mesmo princípio de Cura. É muito comum acharmos que terreiro é um espaço físico como uma casa ou um templo religioso qualquer. Por mais que o espaço físico tenha sua importância dentro de um território sagrado, o terreiro é próprio povo, uma coletividade que desenvolve técnicas ancestrais de cuidado. A formação hierárquica do terreiro traduz muito da filosofia *ubuntu*. A (O) Zeladora (or), é a (o) agente incumbido de cuidar do equilíbrio do Ilê. É a pessoa a quem foi repassada, através da oralidade e das práticas cotidianas, saberes e conhecimentos que nem todas (os) dominam.

No candomblé, a(o) Zeladora (or) atua como uma (um) mediadora (or) das energias que irão circular. É importante não perdermos de vista que quando falamos em energia, estamos nos remetendo às energias da natureza, aos *Nkisi*'s. O terreiro tem uma estrutura que é conformada pelas próprias pessoas que compõem a família de santo. A(O) Zeladora (or) é

responsável por ordenar e fazer movimentar esta estrutura, e o faz ao delegar as atividades de preparo do cuidado. Cada pessoa no terreiro possui funções específicas que ao se preparar para a elaboração de um procedimento dispensam parte de sua força, de sua energia para o cuidado coletivo. O ritual que no candombe chamamos de sessão, toque, gira, xirê entre outros termos, é o momento onde ocorre a concentração e distribuição das energias. Há outros rituais, como *ebós*, as oferendas aos Santos, também destinados à mobilização de energias e a Cura, cada um com suas especificidades e modos de realização.

Há, no terreiro, uma marcação que se denomina de *Intoto* (demarcando o centro do Ilê). Compreende-se que o *Intoto* tem a incumbência de concentrar todas as forças das pessoas presentes na roda de candomblé, condensá-las em uma única força e a redistribuir. Por este motivo também, é que as (os) participantes das sessões estão dispostas em círculo, dançando, batendo palmas, coreografando e cantando, incluindo a (o) Zeladora (er), similar à roda de capoeira fazendo circular o axé por todas as partes e chegando a todas as participantes e demais presentes.

Para o povo de Santo, ou pelo menos em nossa perspectiva, há dois universos cosmológicos que não se conectam em função das lógicas que subjazem cada um deles. O que está fora do terreiro, pertencente ao mundo e a cultura ocidental, portanto, não faz parte do terreiro, por mais que por vezes alguns elementos sejam necessários; e o universo do terreiro, onde se entende uma inteira conexão entre os seres humanos (vivos e não vivos) e a natureza e, por este motivo, o cuidado de cada uma (um) perpassa os cuidados de todos e da terra. É também neste sentido, há um conflito cosmológico em disputa nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, especialmente as de passado colonial, com grandes proporções de populações afrodescendentes e indígenas. A ausência de uma confluência ou fusão está colocada em razão das cosmologias que regem cada um dos espaços, o terreiro e as *sócio-lógicas* capitalizadoras e individualistas ocidentais.

É comum ouvir e até mesmo ler de supostos renomados intelectuais de título acadêmico, que a escrita e o saber científico são mais duradouros que os saberes e conhecimentos transmitidos através da oralidade. Essa crença cega na escrita como instrumento de transmissão de conhecimento é tão colonial quanto o pensamento que acredita que a oralidade seja menos eficaz ou um modo ultrapassado de transmissão de conhecimentos. Foi a própria tradição científica brasileira sustentada nos princípios das ciências eurocêntricas e norte-americanas, que se ocupou de tentar *decretar* a inferioridade ou o fim das tradições

orais, que formam as bases de produção e transmissão dos conhecimentos dos povos africanos em diáspora e povos indígenas.

Antes de decretarem o sepultamento de nossos saberes, nossos conhecimentos e tradições, deveriam se perguntar, como se explica todas as tecnologias que até os dias de hoje as populações negras utilizam para finalidades diversas, seja no campo da engenharia, da arquitetura, conhecimentos geográficos, das ciências naturais, do meio ambiente, das resoluções de conflitos às tecnologias da Cura (medicina). Somente persistiram, todos os conhecimentos dos povos negros e indígenas, através da oralidade pelo fato de serem prenes de um sentido existencial no interior de uma cosmologia que privilegia a vida, em todas as suas formas. Isto se chama resistência: não sucumbirmos às supostas *tentações* coloniais, que são, ao fim e ao cabo, tanto produto da destruição quanto em favor dela. Quando falamos em conhecimentos dos povos tradicionais, nem estamos contando os que foram expropriados, usurpados e patenteados como se fosse criado por alguma pessoa branca. Mas ainda assim é importante termos isso em mente.

O próprio conhecimento, ou o que nos inculcaram como sendo conhecimento legítimo se tornou um produto. Este fato histórico tem uma íntima relação com um a criação e manutenção de um sistema que visa privilegiar os supostos *donos* do conhecimento, ou seja, produzir lucros e reconhecimento social para seus criadores e seus sucessores, que repassarão tais conhecimentos a outras pessoas. Mas não sem o devido pagamento, pois a noção de conhecimento foi *pervertida* em produto por sua possibilidade e capacidade de conversão em prestígio social. Nesta perspectiva, a busca por conhecimento nas sociedades ocidentais não é um caminho para a formação de pessoas íntegras e integradas com o outro em sua dimensão humana, bem como com a natureza em sua vital importância para humanidade.

Hoje ouvimos muito falar em *decolonialidade* como um conceito acadêmico que está supostamente em favor da luta por transformação da sociedade, na desconstrução da toda lógica colonial apreendida ao longo de séculos que ainda hoje exerce grande influência. Trata-se, porém, de questionamentos feitos numa linguagem específica para públicos específicos, dentro da mesma lógica de conhecimentos de matriz eurocêntrica que, no limite, cumpre a mesma função de apagar os conhecimentos de povos negros e indígenas. Isso porquê? Exatamente por ser um conceito pensado a partir das lutas dos povos negros e indígenas, que ofusca o protagonismo destes povos, colocando-os na condição de objeto, para dar visibilidade aos supostos criadores dessa corrente. Este conceito nada mais é que uma tradução ou interpretação das diversas formas de resistências que os povos negros em diáspora, mas

também em África, em confluência com os povos indígenas, não somente no Brasil, criaram e executaram como prática contra-colonial, ou seja, contra o colonialismo em tempo real e contra a colonialidade ao longo de todo o transcurso histórico até os dias atuais.

Os intelectuais de título acadêmico, mesmo estes que se dizem sensíveis à nossa luta, ignoram os reais objetivos das lutas contra-coloniais, mobilizam nossos corpos, cultura e nossas lutas ainda como objetos para sua própria agregação de valor material e simbólico. O que fazem, nesse sentido, é se utilizarem das posições que ocupam, do prestígio social conferido pela posição, que é inteiramente ligada à história política da estruturação da noção de supremacia branca, para reforçarem o estatuto estético e cultural do conhecimento universal. O subtexto dessa lógica é o duplo reforço das posições; a inferioridade das (os) sem voz, por isso, os capacitados inatos precisam falar por eles.

Na mesma intenção que escravocratas *proprietários* de pessoas escravizadas eram considerados abolicionistas; de outro lado, o reforço da superioridade em produzir perguntas e repostas para as adversidades sociais. É nesse sentido que a deslegitimação da cultura e dos conhecimentos dos povos considerados subalternos, bem como esta mesma classificação, recorrentemente mobilizada pelos supostos decoloniais, servem como justificativas para se colocarem como os protagonistas da história e das possíveis transformações sociais. A verdadeira luta contra-colonial, a que de fato pode transformar as sociedades, foi iniciada desde a primeira tentativa da Europa em escravizar pessoas negras e assassinar indígenas. Ela se concretiza na prática e diz da mobilização dos elementos e dos modos de vida sustentados em outras cosmologias que não a ocidental.

Trata-se de uma política contra-colonial de resistência e combate iniciada por nossas (os) antepassadas (os) e ainda hoje levada a cabo por grande parte das comunidades negras e indígenas. O que as pessoas brancas precisam compreender, é que a verdadeira *decolonialidade*, apenas para usar um termo que talvez compreendam, se cumprirá na política de *Retomada* dos povos tradicionais. É obvio, a participação destes seria tão mais eficaz quanto mais estiverem dispostos a aderirem, ou incorporarem a uma *Cosmo-Lógica* diferente da ocidental que rege suas mentes e suas visões de mundo. É preciso apagar o Ser colonizada (o) que existe em cada uma (um) de nós para aplicarmos uma visão e valores diferenciados sobre o outro e o mundo.

Os povos de matriz africana escravizados, e os povos tradicionais indígenas utilizaram de seus conhecimentos não somente para o desenvolvimento das sociedades que hoje encontramos, uma vez que deram as bases para a medicina, para arquitetura, a matemática e

outras tantas áreas do conhecimento, mas também para manutenção de um sentido existencial a partir da reprodução de suas práticas nativas. Significava não perder suas referências cosmológicas, conhecimentos e saberes, bem como transmitir a seus descendentes quem são, de onde vieram e como viviam, para terem certeza de como podem viver mesmo em condições tão adversas.

Para além de uma prática contra-colonial, significava antes, o reconhecimento e legitimidade de suas bases cosmológicas, de seus modos de vida e das relações ensejadas por eles. Obviamente, na relação de contraposição, explicita-se o preterimento de uma cultura que não considera a humanidade de todas (os) igualmente, bem como a subjugação da natureza e seus elementos como algo irrelevante. Contudo, estes elementos cosmológicos de matriz africana e indígena, encontram-se arraigados na cultura brasileira, nas ciências modernas, na culinária, na religião, nas músicas, na língua, na forma de se vestir, na relação com a terra e com o outro. Ainda que submetidos ou subjugados à lógica ocidental, persistem. Toda essa tecnologia foi necessária para a sobrevivência de *Nossas (os) Ancestrais*, que não só sobreviveram, mas superaram o racismo e a sociedade colonial mantendo suas tradições, conhecimentos e saberes vivos.

Podemos citar, o fato de que as sessões de candomblé são realizadas, em sua grande maioria, em língua Yoruba (Nação Jêje), em língua Bantu (Nação Angola), apenas para mencionar dois exemplos, há outros. Cantos e falas entoados nos processos e rituais de Cura são proferidas em línguas nativas de matriz africana introduzidas por *Nossos Ancestrais* e sobrevivem hoje, no século XXI, nas comunidades afrodescendentes, juntamente com uma abrangente gama de conhecimentos. As crianças, em famílias de terreiro ou que frequentam terreiro, falam e compreendem muito dessas línguas originárias de povos africanos que passaram por nossas terras, *Nossas (os) Ancestrais*.

O que o pensamento colonial prega, nunca teve a pretensão de atingir o bem comum, compartilhado com todas as pessoas indistintamente, mas sim, uma uniformização do comportamento e do pensamento, como meio para que os produtos possam ser aceitos, consumidos e produzam identificação e ausência de questionamento sobre sua origem e danos causados para sua reprodução em massa. Em suma, é necessário que todas as pessoas estejam em conformidade com uma cosmovisão de depredação naturalizada para que seja possível sua maior efetividade e perenização.

Nesse sentido, o que o sistema busca, sobretudo, é a afiliação das mentes a uma cultura da destruição, da competição e da alienação. Não estamos aqui negando os muitos avanços

que a ciência e a tecnologia nos proporcionam na contemporaneidade. Mas, por outro lado, os meios que se utilizam para uma produção massiva e excessiva que desconsidera uma infinidade de aspectos e dimensões de extrema relevância sobre a vida em sociedade, e as consequências oriundas desse sistema para manutenção e legitimação de condições abissalmente desiguais entre os diferentes povos, os diferentes territórios, as diferentes sexualidades, os diferentes modos de ser e existir. O que está subentendido nessa relação é a utilização de recursos vitais a todas (os) para produção massiva em favorecimento de poucos, e o compartilhamento também desigual dos resultados catastróficos, que incidirá de forma desigual sobre as diferenças, uma vez que a diferença se tornou o marcador da exclusão, da desigualdade e da desumanização.

É por isso que a prática da contra-colonização é extremamente complexa e requer mais que boa vontade ou abordagem teórica. Requer empatia e compromisso político com a *Humanidade* em seus vários sentidos; a *Humanidade* do outro, a *Humanidade* enquanto sistema mundo, a *Humanidade* da diferença, a *Humanidade* da natureza e dos seres invisíveis e etc.. Fazer de nossos pensamentos estratégias para nos multiplicarmos, pois sabemos muito além, do quanto somos capazes de um pensar a partir de nossas matrizes existenciais, um pensamento enegrecido. Pois, uma das facetas do racismo e das violências coloniais e contemporâneas ao subjugar pessoas negras e indígenas de várias formas, é nos forçar a aderir a um pensamento embranquecido.

Em outros termos, a uma ideologia racial a partir da qual julgamos tudo que seja branco e oriundo de sua cultura como mais valioso. Assim, muito mais que um desejo embranquecido, que significaria a confirmação de adesão à ideologia da superioridade racial branca, ao reforçar os aspectos das matrizes culturais africanas e afrodescendentes, igualmente às matrizes indígenas, reforçamos não somente a igualdade como discurso, mas como um fato existencial e concreto originário da gênese de quaisquer povos. Buscamos ainda, sensibilizar e incutir um senso de *Humanidade* a estes que batem em nossas portas e se sentem superiores e acreditam que lhes devemos gratidão. Estes foram e continuam corrompidos pelo racismo e pela ilusão da superioridade.

Todo esse apego cultural à colonização tem alimentado o racismo e permitido sua permanência no tempo, bem como nutrindo-o de mais força e tornado a cada dia mais violento nessa tentativa *embraquecida* de não aceitar que perdeu o poder sobre Nós. Na verdade, um poder que nunca tiveram, muito embora tenham construído uma estrutura ideológica opressiva persistente o bastante para causar desigualdades reais que, por ignorância ou má fé, foram



lidas como marcadores legitimadores do discurso racista. Em uma atitude nostálgica agem como se isso ainda fosse possível retornar. Usando das estruturas governamentais para impulsionar o genocídio do povo negro e indígena; apropriando dos espaços de poder para construir e legitimar um discurso de ódio oficial, talvez por vergonha da responsabilização pelas violências seculares e pela arrogância de não se virem como iguais.

É preciso admitir também a hipótese do temor à reparação material, uma vez que um dos elementos propiciadores da sensação de superioridade nessa sociedade regida pelo dinheiro é a diferença econômica e das posições sociais que proporciona o acesso a bens e serviços considerados raros, e simultaneamente legitima a ideologia do mérito individual. Assim, temem admitir que o motivo do qual tanto se orgulham, na verdade, deveria ser o de maior vergonha por ser produto da expropriação e exploração de outros povos. A questão é que a colonização, o Estado racista e a branquitude nos tiraram, e ainda tentam nos tirar, elementos que são irreparáveis. Por isso não podemos admitir que pensem, não podemos admitir que falem ou decidam algo por *Nós*, para *Nós*, sem *Nós*.

Ainda assim voltamos a cuidar do nosso lugar para torná-lo possível para nosso povo, nossos animais, nossas árvores, nossa água, nosso fogo e nosso sagrado, tudo contra um pensamento colonializado. A responsabilidade deve ser colocada à frente como discurso que legitime e honre compromissos de solidariedade e igualdade compartilhados mútua e reciprocamente em favor de um projeto *Humanitário* consistente e coerente com a sociedade na qual vivemos e reconhecemos em sua origem. A história que construiu as diferenças entre os povos como sinônimo de níveis hierárquicos de humanidade precisa ser refletida à luz da sociedade pretendida nos discursos, como instrumento de restituição da alma desse povo que se perdeu na própria ganância, avareza e busca pela riqueza; sobejamente expressão dessa visão balizada na cosmovisão ocidental. Vale lembrar, que um povo sem alma é como se fosse uma comunidade de *Egus*, onde nem toda riqueza do mundo seria suficiente para garantir paz entre as pessoas na terra, e a harmonia nas relações com os demais seres vivos e não vivos. O racismo é o legado e a experiência de um povo sem alma.

Nunca houve uma transformação ou revolução<sup>11</sup> real no mundo moderno. O sistema-mundo moderno patriarcal eurocentrado constituiu-se de instrumentos eficazes o suficiente para coibir, muitas vezes sem o uso da violência bélica ou física, atos que possam de fato desestabilizar as bases do poder hegemônico. Quando *Nós*, povos afrodescendentes e

---

<sup>11</sup> Consideramos revolução o movimento que altere radicalmente as instituições políticas. A tomada de poder no Haiti é uma, talvez a única experiência revolucionária no mundo moderno.

Revista Educação e Ciências Sociais, UNEB, Salvador.v.5, n.9, jul – dez. de 2022 - ISSN 2595-9980

DOI: <https://doi.org/10.38090/recs.2595-9980.v5.n9.4>

indígenas, falamos em *Retomada*, não estamos nos pautando em uma minoria entrar e ocupar os espaços do poder legislativo, do judiciário ou do executivo, espaços vistos como de prestígio social ou outros. Instalados nessa estrutura burocrática de gestão do poder moderno, pouco conseguiríamos mudar. Estaríamos talvez, em favor do funcionamento dessa estrutura na contínua reprodução das lógicas de opressão.

Nossa perspectiva de *Retomada* é, portanto, contra-colonial, transformadora e revolucionária ao considerar uma radical ruptura com as bases dos poderes hoje vigentes. É nesse sentido que *Retomada* é o termo mais adequado, pois baliza-se no sentido de uma *Cosmopercepção* a ser partilhada e praticada como instrumento de sensibilização e inculcação das possibilidades de uma experiência social *Humanitária* que de fato faça *jus* e atribua sentido a este termo. Nos pautamos em experiências como a do kilombu dos Palmares e das inúmeras comunidades indígenas, dentre outros kilombus e outras práticas na América do Sul e outros localidades onde resistiram os povos da diáspora africana e os povos originários. *Retomada* implica na implementação de uma mudança de perspectiva cosmológica que visa uma radical alteração na organização das relações sociais, ambientais, institucionais, políticas e etc. E para isso é necessário retomarmos os marcos das perspectivas cosmológicas subjugadas e preteridas por um sistema-mundo que redefiniu o ordenamento do mundo social em seu próprio favor.

É preciso retomar nossa conexão com a natureza e tudo que conhecemos como não humano, abdicando do estatuto de ser racional por capacidade de desumanizar o outro e destruir a natureza, e por isso colocados em oposição a ela, para aderirmos às noções de *confluência* e *transfluência* para um mundo conectado organicamente em suas vísceras. Ressignificando positivamente o sentido do *estreitamento* do mundo globalizado. A *Retomada*, portanto, extrapola o mero retorno à terra ou a posse da terra, mas o inclui inextrincavelmente. É sobretudo, a *Retomada* de um sentido cosmológico. Assim sendo, um sentido existencial a ser compartilhado e vivido em *prol* de um mundo real e demasiadamente *Humano*. A distribuição equânime do que a sociedade produz, o gozo igualitário da *Liberdade* em todos os sentidos, é fruto da visão que se tem sobre o outro, portanto, da cosmovisão que nutre as percepções e mentalidades referentes ao que se entende como *Humano*. *Retomada* implica em uma revolução do olhar sobre si própria (o), sobre o outro, sobre o mundo e sobre as relações, uma genuína guinada cosmológica.

## REFERÊNCIAS

MAKOTA VALDINA In: Santos, Tigana Santana Neves. **A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil**. Tese (doutorado) Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de letras modernas: São Paulo, 2019.

CARLOS, Maria Isabel. **Eu Bonsai: minha vida em versos**. Belo Horizonte: Grupo Cultural Meninas de Sinhá, 2017.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: UNB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**: Belo Horizonte, número 12, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/>.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 7(3),745-760, 2012 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/LpSkSW9hyH6jXDXDdYn7k9w/?format=pdf&lang=pt>.

RAMOSE, Mogobe B. A filosofia do *Ubuntu* e *Ubuntu* como filosofia. In: **RAMOSE, Mogobe B. African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999. P. 49-66.

RAMOSE, Mogobe B. A ética do *ubuntu*. Tradução para uso didático de: RAMOSE, Mogobe B. The ethics of ubuntu. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). **The African Philosophy Reader**. New York: Routledge, 2002. p. 324-330.

SANTOS, Tigana Santana Neves. **A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil**. Tese (doutorado) Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de letras modernas. São Paulo, 2019.